

DECISÃO

CONCORRÊNCIA TIPO MENOR PREÇO Nº 22/01.00040 - CC

**RECORRENTE: PCR PROJETOS E CONSTRUÇÃO CIVIL
TERRAPLENAGEM CONSULTORIA ELÉTRICA LTDA**

OBJETO: Construção em Edificação Escolar com estrutura em concreto armado, telhado em estrutura metálica e telhas termoacústica e fechamento em alvenaria, sendo a área de Construção 327,73m², localizado na Avenida Tocantins, esq. com Av. M s/n Jardim Aurenny III, Palmas/TO, de responsabilidade do Sesc – Serviço Social do Comércio, Administração Regional/TO, tudo conforme projetos, especificações técnicas e planilha quantitativa de serviços constantes do Anexo I (Arquivos).

I – RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pelas licitantes **PCR PROJETOS E CONSTRUÇÃO CIVIL TERRAPLENAGEM CONSULTORIA ELÉTRICA LTDA** em face da decisão da Comissão de Licitação que a inabilitou em descumprimento do item 3.2, letra “b.1” do edital.

Em síntese, a Recorrente alega que empresa **IRKA CONSTRUÇÕES** não apresentou empresa não apresentou a comprovação de inscrição municipal (BIC ou FIC) com data de validade desacordo com o Edital em questão, descumprindo o item 3.4.2 do edital.

Aduz em relação ao questionamento da empresa **IRKA CONSTRUÇÕES LTDA** que adicionou a documentação além do solicitado pois comprovou através de **ATESTANDO TECNICO PROSSIONAL E OPERACIONAL** a quantidade de 3058,00 kg para Estrutura metálica para telha em um de seus Atestado e nos demais complementando o valor de 62,56 m² em outro acervo, cumprindo assim o item 3.2.b.3

Nos pedidos pede a reforma da decisão que a inabilitou, sendo considerada habilitada a participar das demais fases do processo.

Não houve contrarrazões.

O Recurso é próprio, tempestivo e subscrito por representante legal das licitantes, devendo os mesmos serem conhecidos.

Em síntese é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente é forçoso salientar que o Sesc/TO caracteriza-se como serviço social autônomo integrante do denominado Sistema “S”, instituído por lei, possui personalidade de direito privado e não têm fins lucrativos. É um ente paraestatal, no sentido de que atua ao lado do Estado, mediante o desempenho de atividades não lucrativas, não integrando a Administração Direta (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), nem tampouco a Indireta (Autarquias, Fundações Públicas, Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas).

Neste entendimento, as Decisões 907/97, de 11/12/1997 e 461/98, de 22/7/1998 do Plenário do Tribunal de Contas da União, consolidaram a interpretação de que os Serviços Sociais Autônomos do qual o Sesc/TO é parte integrante, **não estão sujeitos aos procedimentos da Lei nº 8.666/93** e sim aos seus regulamentos próprios devidamente aprovados e publicados, senão vejamos:

“1.1 – improcedente, tanto no que se refere à questão da “adoção” pelo SENAC/RS, da praça pública Daltro Filho, em Porto Alegre – RS, quanto no que tange aos processos licitatórios, **visto que, por não estarem incluídos na lista de entidades enumeradas no parágrafo único do art. 1º da Lei 8.666/93, os serviços sociais autônomos não estão sujeitos à observância dos estritos procedimentos na referida lei, e sim aos seus regulamentos próprios devidamente publicados;**” (TCU, Decisão 907/1997 – Plenário, Min. Rel. Lincoln Magalhães da Rocha).6 (grifos nossos)

Por tais razões, já no preâmbulo depreende-se claramente que o certame é regido exclusivamente pelos critérios de aceitabilidade contidos no referido instrumento convocatório, regido pela resolução SESC n.º 1252/12 de 06/06/2012, publicada na seção 3 do Diário Oficial da União, edição de nº 144, de 26/07/2012 e pelas disposições deste

instrumento convocatório e de seus anexos, **não havendo, pelas razões esposadas acima, remissão a Lei 8.666/93.**

Pois bem.

Em relação ao questionamento acerca da validade do documento apresentado pela empresa IRKA CONSTRUÇÕES LTDA, necessário trazer a colação o que dispõe o item 13.3 do edital:

13.3 - A Comissão de Licitação poderá, no interesse do Sesc/TO em manter o caráter competitivo desta licitação, relevar omissões puramente formais nos documentos e propostas apresentadas pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura do certame e possa ser sanada em prazo fixado pela mesma. Poderá também pesquisar via Internet, quando possível, para verificar a regularidade da licitante / validade de documentos, podendo ser emitido documento equivalente ao apresentado com número diferente. O resultado de tal procedimento será determinante para fins de habilitação.

No presente caso é notório que o BIC apresentado pela empresa IRKA CONSTRUÇÕES era plenamente válido, em que pese haver omissão quanto a data de validade do documento, remetendo justamente a prerrogativa da CPL em suprir omissões com esteio no disposto no item 13.3 do edital.

A regra 3.4.2 se aplica ao prazo de validade de certidões, ao contrário do Boletim de Informações Cadastrais questionado pela Recorrente, o qual pode ter sua validade comprovada pela CPL, e este foi o procedimento adotado com espeque no dispositivo acima delineado.

Desta forma não merece prosperar a irresignação da Recorrente em desfavor da empresa IRKA CONSTRUÇÕES, até porque, embora nos fatos haja registro de sua irresignação, não há pedido expresso de inabilitação da referida empresa.

De outro lado, insta considerar que os atestados de capacidade têm a finalidade de comprovar, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, de que o licitante já executou o objeto licitado em outra oportunidade e a referida execução foi a contento, o que gerará confiança e segurança à licitadora de o aludido licitante possuir expertise técnica.

Tal avaliação é prerrogativa da entidade contratante, conforme leciona Joel de Menezes Niebuhr ao descrever que a “Administração Pública, ao avaliar a qualificação

técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo.”¹

A respeito, arremata o festejado administrativista Marçal Justen Filho quando enaltece a relevância do atestado ao discorrer que “em todo o tipo de contratação pode cogitar-se da exigência de experiência anterior do licitante como requisito de segurança para a contratação administrativa. **Aliás até se pode afirmar que em muitos casos a capacitação técnica operacional se evidencia como a única manifestação de experiência anterior relevante e pertinente.**²

Convém destacar que a interpretação no que concerne aos atestados, deve ser cautelosa e primar pela finalidade precípua da exigência, qual seja: a demonstração de que os licitantes possuem condições técnicas para executar o objeto pretendido pela Administração caso venha a sagrar-se vencedor.

Portanto, a apresentação de atestados visa demonstrar que os licitantes já executaram, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração - a perfeita execução do objeto da licitação -, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado.

A própria Constituição da República assevera no inciso XXI de seu art. 37, in fine, que somente serão permitidas as exigências indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Nesta mesma linha de afastar possíveis formalismos excessivos nos atestados, o Tribunal de Contas da União tem posicionamento sólido e inclusive determina que havendo qualquer dúvida nos atestados é dever da Administração Pública realizar a competente diligência:

“Recomendação a uma prefeitura municipal para que qualifique, em procedimentos licitatórios com recursos federais, as exigências formais menos relevantes à consecução do objeto licitado, estabelecendo nos editais medidas alternativas em caso de descumprimento dessas exigências por parte dos licitantes, objetivando evitar a desclassificação das propostas, visando a

¹ NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zenite, 2008, p. 233

² JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 332.

atender ao princípio do formalismo moderado e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, sem ferir a isonomia entre os partícipes e a competitividade do certame.” (Tribunal de Contas da União, item 9.6.1, TC-002.147/2011-4, Acórdão nº 11.907/2011-Segunda Câmara).

Ecoando a mesma diretriz do Tribunal de Contas da União, o Poder Judiciário tem decidido favorável ao formalismo moderado, evitando excessos:

“MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.

2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes.

3. Segurança concedida”.

(Superior Tribunal de Justiça, MS 5.869/DF, Rel. Min. Laurita Vaz, Primeira Seção, julgado em 11/09/2002, DJ 07/10/2002, p. 163).

Noutro giro, conforme preceitua o Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social do Comércio – SESC em seu art. 2º, a licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para o SESC e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, inadmitindo-se critérios que frustrem seu caráter competitivo.

No presente caso é importante destacar que os atestados de capacidade técnica apresentados pela Recorrente não atendem as exigências mínimas contidas no item 3.2, alínea b.1, abaixo:

b.2.1) Os Atestados deverão contemplar a execução de obra pertinente e compatível com o objeto deste procedimento licitatório e demonstrar, com clareza, os serviços e quantidades executadas, compreendendo, no mínimo, os seguintes serviços:

INSERIR OS ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA, SE FOR O CASO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	CONSRTUÇÃO CONVENCIONAL EM ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO COM COBERTURA EM ESTRUTURA METÁLICA	M²	160,00m²

Vale destacar o que dispõe o item b.2, senão vejamos:

b.2) A avaliação que instrui o julgamento consiste em análise dos Atestados, um a um. O conceito de semelhança, eminentemente técnico, será aplicado INDIVIDUALMENTE a cada Atestado, não se efetuando a soma de quantidades. Para melhor entendimento:

Desta forma, revendo de forma acurada os termos editalícios, de igual modo tomando por base os mesmos critérios de julgamento conferido aos demais licitantes, ora habilitados, permite avaliar que os atestados apresentados pelas Recorrentes não atendem as exigências do edital, por óbvio sem ferir a isonomia entre os partícipes.

III - DISPOSITIVO

Ante o Exposto, conheço do recurso interposto, para no mérito manter a decisão da CPL no sentido de **inabilitar** a empresa Recorrente, por entender que a mesma não atendeu as exigências contidas no edital, mormente aquelas constantes no item 3.2, alínea b.1 do edital.

Palmas - TO, 15 de dezembro de 2022.

ALONSO DIOGENES PEREIRA GOMES

Gerente Administrativo

SESC/DR/TO

EMPRESA PCR_RECURSO IMPROVIDO..pdf

Documento número #3432108d-fb8d-453c-baab-db4a7575ed9c

Hash do documento original (SHA256): 60ed0f1b2d58be9a74fa0aa0f6d51a596c98018a2eb219bc4565df7511dfeaff

Assinaturas

✓ **Valcy Barboza Ribeiro**
CPF: 003.956.871-79
Assinou em 15 dez 2022 às 12:57:52

✓ **Alonso Diógenes Pereira Gomes**
CPF: 855.686.781-20
Assinou em 15 dez 2022 às 15:02:15

Log

- 15 dez 2022, 11:20:00 Operador com email gestaodecontratos@sescto.com.br na Conta 519242cb-83a7-4202-a85c-e51b6135f16a criou este documento número 3432108d-fb8d-453c-baab-db4a7575ed9c. Data limite para assinatura do documento: 14 de janeiro de 2023 (11:18). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 15 dez 2022, 11:20:03 Operador com email gestaodecontratos@sescto.com.br na Conta 519242cb-83a7-4202-a85c-e51b6135f16a adicionou à Lista de Assinatura: valcy@sescto.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Valcy Barboza Ribeiro.
- 15 dez 2022, 11:20:03 Operador com email gestaodecontratos@sescto.com.br na Conta 519242cb-83a7-4202-a85c-e51b6135f16a adicionou à Lista de Assinatura: alonso@sescto.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Alonso Diógenes Pereira Gomes.
- 15 dez 2022, 12:57:52 Valcy Barboza Ribeiro assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail valcy@sescto.com.br. CPF informado: 003.956.871-79. IP: 187.4.112.130. Componente de assinatura versão 1.422.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 15 dez 2022, 15:02:15 Alonso Diógenes Pereira Gomes assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail alonso@sescto.com.br. CPF informado: 855.686.781-20. IP: 187.4.112.130. Componente de assinatura versão 1.422.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 15 dez 2022, 15:02:16 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 3432108d-fb8d-453c-baab-db4a7575ed9c.

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 3432108d-fb8d-453c-baab-db4a7575ed9c, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.